

SUMÁRIO

AMBIENTE DE NEGÓCIO

- Variações de preços transfronteiriços e as suas causas: porque estão os preços mais altos em Maputo?
- Parceiros reavaliam Política e Estratégia Industrial.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

- A CTA entrega ao INGC víveres em apoio às vítimas.

EVENTOS

- Inscrições abertas para a 51.ª edição da FACIM.
- Feira Internacional do Zimbabwe realiza-se em Bulawayo.

INDICADORES ECONÓMICOS

- Taxas de câmbio e taxa de inflação.
- Calendário fiscal.

Variações de preços transfronteiriços e as suas causas: porque estão os preços mais altos em Maputo?



Adelino Pimpão, Bruno Polnick, Eduardo Sengo

No âmbito do seu programa de apoio ao desenvolvimento económico e empresarial (SPEED), a USAID, em parceria com a CTA, realizou um estudo intitulado «Variações de preços transfronteiriços e suas causas», da autoria dos economistas Bruno Polnick e Adelino Pimpão e apresentado a 11 de Março último, em Maputo.

O objetivo do estudo foi comparar, concreta e objectivamente, os preços observados em Nelspruit (África do Sul) e Maputo, utilizando como indicadores oito produtos rigorosamente idênticos (mesma marca e distribuidor): açúcar, frango, farinha de milho, tomate fresco, óleo de cozinha, feijão cozido, massa de tomate e atum.

A comparação dos preços mostra que seis dos oito produtos considerados são 35 por cento mais caros em Maputo, chegando alguns a atingir a cifra de 50 por cento. Esta diferença de preços parece não estar relacionada com o facto do produto ser básico ou processado.

A análise dos vários custos associados à importação dos produtos (transportes, seguros, impostos, atrasos nas fronteiras, armazenamento e margem dos distribuidores) reabre o debate sobre a origem das diferenças de preços, às quais também não são alheios outros custos como alugueres, salários e eletricidade, por exemplo.

Kekobad Patel, presidente do pelouro de Política fiscal, aduaneira e comércio internacional da CTA, explicou que a maioria da população moçambicana tem um poder aquisitivo baixo, forçando os retalhistas a vender em pequenas quantidades durante longo período de tempo. Contrariamente, na África do Sul verifica-se uma grande rotação de mercadorias em armazém, um processo mais lento em Moçambique, resultando em custos adicionais para os comerciantes moçambicanos.

O Decreto 56/2011, que estabelece margens líquidas máximas entre 10 e 12 por cento para os grossistas e entre 20 e 25 por cento para os retalhistas, parece não estar a ser respeitado. Em quase todos os casos considerados, as margens

comerciais nos mercados grossista e retalhista são o principal factor que explica as diferenças de preços entre Nelspruit e Maputo. Nos alimentos básicos as margens comerciais representam pelo menos 50 por cento das diferenças observadas no preço. No caso do açúcar a cifra sobe para 70 por cento.

Ultrapassar o défice de infra-estruturas entre as áreas de produção e de consumo, melhorar as parcerias entre produtores e distribuidores locais, aumentar a concorrência e reforçar a aplicação do Decreto 56/2011 são algumas das medidas defendidas para reduzir as importações, permitindo reduzir os preços de venda aos consumidores.

Parceiros reavaliam Política e Estratégia Industrial



Membros do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), da Ernest & Young e empresários do ramo industrial moçambicano reuniram-se a 12 de Março último, nas instalações da CTA, no âmbito da reflexão sobre a Política e Estratégia Industrial (PEI). Durante o encontro a Ernest & Young apresentou os resultados do estudo que efetuou sobre este setor da economia moçambicana.

O balanço geral da situação atual da indústria de Moçambique e da sua contribuição para a economia do país reflete uma dominância das micros e pequenas empresas, em termos numéricos, mas são as grandes unidades industriais que mais contribuem para a economia nacional em termos de postos de trabalho (64 %) e de volume de negócios (75 %). O estudo demonstra também o domínio dos sectores do alumínio, indústria alimentar, bebidas e tabaco sobre os restantes sectores e compara as exportações com as importações, sendo estas últimas largamente superiores. Uma investigação efectuada aos ramos privado e público do sector industrial, em todo o país, mostra resultados convergentes e destaca a necessidade de concentrar os esforços para melhorar os

transportes e as infra-estruturas, o sistema aduaneiro, o ambiente de negócios e o acesso ao financiamento.

O relatório do estudo da Ernest & Young apresenta oito pilares estratégicos que concentram os esforços para facilitar o desenvolvimento industrial do país: (1) desenvolvimento do capital humano, (2) desenvolvimento das infra-estruturas, (3) capacitação das empresas do ramo e proteção da indústria nacional, (4) acesso a financiamento adequado, (5) promoção de ligações empresariais, (6) incentivos ao investimento no sector industrial, (7) inovação e acesso às tecnologias de pesquisa e desenvolvimento, (8) definição de um modelo institucional adequado à promoção do desenvolvimento industrial.

Apesar de novos problemas levantados por alguns participantes, todos reconheceram que com infra-estruturas defeituosas e falta de transporte, de pessoal qualificado, de acesso no financiamento adequado e de coordenação interministerial, Moçambique não pode, de momento, competir com outros países da SADEC, pelo que a revisão da PEI deve resolver estes problemas.

CTA entrega ao INGC víveres em apoio às vítimas

Na sequência da campanha de mobilização e envolvimento do empresariado nacional na mitigação dos efeitos das calamidades naturais que, ciclicamente, assolam o país, lançada no princípio do corrente ano, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) entregou, dia 13 de Março, em Maputo, ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) um donativo estimado em cerca de três milhões e meio de meticais para apoiar as vítimas das cheias registadas nas regiões centro e norte de Moçambique.

Constituído por produtos alimentares, roupa, utensílios domésticos e outros tipos de bens, o donativo é resultado das angariações promovidas pela CTA junto dos seus membros e parceiros, representando o contributo do sector privado para as acções de assistência às vítimas levadas a cabo pelo INGC. A entrega do donativo é, segundo Maria de Assunção Abdula, responsável pela Comissão de Responsabilidade

Social da CTA, o culminar do compromisso assumido perante o INGC de prestar apoio sempre que necessário. “As calamidades naturais são cíclicas no nosso país e temos de ajudar os nossos concidadãos”, disse Maria de Assunção, acrescentando que se trata do segundo donativo que a CTA oferece ao INGC, tendo a primeira sido entregue na cidade de Quelimane, província da Zambézia, a mais afectada pelas cheias registadas nesta época chuvosa no país.

Por seu turno, Higinio Rodrigues, director nacional do Gabinete de Coordenação da Reconstrução do INGC, louvou o gesto da CTA, referindo que o donativo irá contribuir para a melhoria das condições de vida das populações afectadas: “A oferta da CTA vai ajudar na assistência a mais de 230 mil pessoas afectadas nas regiões centro e norte do país. São bens e produtos necessários este momento”.

Inscrições abertas para a 51.ª edição da FACIM

A 51.ª edição da Feira Internacional de Moçambique (FACIM) terá lugar entre 31 de Agosto e 6 de Setembro, em Ricatla, Marracuene.

As inscrições já estão abertas.

Mais informações junto do Instituto de Promoção de Exportações (IPEX): Tel. +258 21 30 72 57/8



Feira Internacional do Zimbabwe realiza-se em Bulawayo



A Feira Internacional do Zimbabwe é a maior feira de comércio intra-regional na África subsariana. A exposição anual, que oferece uma grande visibilidade, realizar-se-á entre os dias 28 de Abril e 2 de Maio em Bulawayo, no centro da África Austral e está na encruzilhada de rotas comerciais e de transporte regional. Com uma área de 17 hectares, oferece um

espaço de exposição permanente com mais de 58 mil metros quadrados.

Para inscrições, contactar o IPEX: +258 21 30 72 57/8 ou lcumbelo@hotmail.com

Indicadores económicos

Taxas de câmbio - BCI 17.03.2015

Moeda	Compra	Venda
EUR	36,87	37,60
USD	35,73	36,43
ZAR	2,85	2,90

Taxa de inflação - INE

Mês	Taxa
Janeiro	1,560
Dezembro	0,640
Novembro	0,410

Calendário fiscal - Março 2015

• Até ao dia 10	Entrega, nas Direcções de Áreas Fiscais pelos Serviços Públicos, das receitas por elas cobradas, no mês anterior.
• Até ao dia 20	Pagamento do IRPS e IRPC, retido na fonte relativo ao mês anterior, n.º 3 do art. 29 do Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril e n.º 5 do art. 67 do CIRPC, aprovado pela Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro.
• Até ao último dia do mês	Pagamento do IVA relativo ao mês anterior, pelos sujeitos passivos do regime normal, n.º 1 art.32 do CIVA, aprovado pela Lei 32/2007 de 31 de Dezembro.
• Até fim de Março	Pagamento do Imposto sobre Veículos, n.º 1 art. 8 do regulamento do ISV aprovado pelo Decreto n.º 19/02, de 23 de Julho.
• Até fim de Março	Entrega da declaração anual de rendimentos do exercício anterior - Modelo 10 e Anexos (para os sujeitos passivos que apenas tenham auferido rendimentos da 1ª Categoria)- a) n.º 1 art.º 13 do Regulamento do CIRPS aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril.
• Até fim de Março	Entrega da declaração de comunicação de retenções na fonte - c) n.º 1 do art.º 44 do Regulamento do CIRPS aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril - Modelo 20H.
• Até fim de Março	Entrega da declaração de comunicação de retenções na fonte a não residentes - n.º 6 do art. 44 do Regulamento do CIRPS aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril - Modelo 20I.
• Até fim de Abril	Entrega da declaração anual de rendimentos do exercício anterior - Modelo 10 e Anexo (para os sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos das outras Categorias) - b) n.º 1 art.º 13 do Regulamento do CIRPS aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril.
• Até fim de Abril	Pagamento a final do IRPS relativos aos rendimentos do ano anterior - a) do art.º 21 do Regulamento do CIRPS aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril.
• Até fim de Maio	Pagamento a final do IRPS relativos aos rendimentos do ano anterior - b) do art.º 21 do Regulamento do CIRPS aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril.
• Até fim de Maio	Entrega da declaração anual de rendimentos do exercício anterior pelos sujeitos passivos - n.º 1 art.º 39 do Regulamento do CIRPC aprovado pelo Decreto n.º 9/2008, de 16 de Abril - Modelos 22 e 22A.
• Até fim de Maio	Pagamento a final do IRPC relativos aos rendimentos do ano anterior - b) n.º 1 art.º 27 do Regulamento do CIRPC aprovado pelo Decreto n.º 9/2008, de 16 de Abril.
• Até fim de Junho	Entrega da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal do exercício anterior pelos Sujeitos Passivos do IRPS e IRPC - Modelo 20 e Anexos, n.º 3 art. 40 do Regulamento do CIRPC, aprovado pelo Decreto 9/2008 de 16 de Abril.